



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM



PARECER JURÍDICO

AUTUADO: FRIGORÍFICO GRAMADO LTDA	RECURSO
PROCESSO Nº 00026/1982/007/2005	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 3200/2005	
TIPO DE INFRAÇÃO: GRAVÍSSIMO	
PORTE: MÉDIO	

I – RELATÓRIO

O Frigorífico Gramado LTDA foi autuado em 19.10.2005 pela prática da infração gravíssima tipificada no art. 19, § 3º, item 1, do Decreto 39.424/98, parcialmente alterado pelo Decreto 43.127/2002:

Art. 19(...)

§ 3º - São consideradas infrações gravíssimas:

1 - instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

O autuado apresentou Defesa tempestiva.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 10.05.2010, pela FEAM, penalidade de multa no valor de R\$ 50.000,00, em dobro pela reincidência específica.

O autuado apresentou Recurso.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por "instalar e operar unidade de processamento de subprodutos de origem animal (graxaria), atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, sem as licenças de Instalação e Operação emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, causando poluição ambiental, conforme denúncias de moradores circunvizinhos referente ao mau cheiro, protocolada nesta FEAM pela Promotoria de Justiça da Comarca de Lagoa Santa." (fl.04)

No Recurso, o autuado alega, em síntese, que:

- Foi autuado pela legislação de 2002 e julgado com a aplicação da legislação de 2008.



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM



- A reincidência não foi indicada no auto de Infração. As multas gravíssimas e leves mencionadas no parecer jurídico da FEAM foram lavradas em nome de outra empresa, diferente da autuada.
- Houve prescrição da reincidência, já que o processo administrativo permaneceu parado por mais de três anos, nos termos do art. 21 do Decreto 6514/2008.
- Não foram observados os critérios para fixação do valor da multa.
- A fiscalização não constatou odores significativos.
- O relatório de vistoria afirma que as caldeiras estavam desativadas e a graxaria possui sistema de controle dos gases, descaracterizando assim a ocorrência de poluição, devendo a multa ser convertida em infração grave.
- Requer a aplicação da penalidade de advertência.
- Requer assinatura de Termo de Compromisso do art. 47 do Decreto 44.844/2008.
- Requer assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do art. 49, III, do Decreto 44.844/2008, com redução de 50% do valor da multa.
- Requer a aplicação das atenuantes do art. 68, I, "a" (efetividade das medidas adotadas), "c" (menor gravidade dos fatos), e "e" (colaboração do infrator com os órgãos ambientais).

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado merecem prosperar parcialmente.

No que diz respeito ao aumento do valor da multa em decorrência de reincidência, merece reforma a decisão anterior. Com efeito, não houve aplicação de penalidade de multa em relação ao autuado nos 3 (três) anos anteriores à presente autuação, não se verificando a incidência do art. 65, parágrafo único do Decreto 44.844/2008, a ver:

Art. 65. Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - reincidência específica: prática de nova infração de mesma tipificação daquela previamente cometida; e

II - reincidência genérica: prática de nova infração de tipificação diversa daquela anteriormente cometida.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo somente serão consideradas as infrações cuja aplicação da penalidade tornou-se definitiva há menos de três anos da data da nova autuação.

Nesse sentido, em consulta ao SIAM, verifica-se que: (1) PA 00290/1982/001/1990, a penalidade se tornou definitiva em 16.03.1998, (2) PA 00290/1982/002/1995, a penalidade se tornou definitiva em 23.03.1999, (3) PA 00290/1982/003/1996, a penalidade se tornou definitiva em 23.07.1999, e (4) PA 00290/1982/004/1999, a



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



penalidade se tornou definitiva em 10.10.2000. Portanto, não é cabível o aumento da multa por reincidência no presente caso.

O arbitramento da penalidade de multa deverá ser igualmente revisado. Considerando o porte do autuado (médio) e a gravidade da multa (gravíssima), o valor de multa aplicável no caso é de R\$ 20.001,00.

O Decreto 6514/2008 não é aplicável no âmbito do processo administrativo estadual, por tratar da disciplina dos processos administrativos ambientais federais.

O Relatório de Vistoria 11517/2005 constatou a ocorrência de degradação ambiental, sendo que cabia ao autuado o ônus de desconstituir as conclusões do agente fiscal ambiental, do qual não se desincumbiu. Dessa forma, deve ser mantida a cominação da infração gravíssima pela constatação de degradação ambiental.

A legislação ambiental em vigor, especialmente a Resolução CONAMA 237/97, estabelece que a instalação de "empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental". Com efeito, resta incontroverso que no momento da autuação o infrator não possuía licenciamento ambiental válido.

O parágrafo único do art. 1º da DN COPAM 61/2002 dispõe que *desde que não importem em danos efetivos ao meio ambiente serão passíveis de advertência as infrações tipificadas pelos itens 1 e 2, do parágrafo 1º e 1,2 e 3 do parágrafo 2º do artigo 19 do Decreto Estadual 39.424, de 5 de fevereiro de 1998*. Ou seja, as infrações passíveis de advertência são as de natureza leve ou grave, que não tenham causado dano ao meio ambiente, não se aplicando a referida penalidade no caso em apreço.

Não é cabível a assinatura de Termo de Compromisso, haja vista que a autuação é decorrente da inexistência de licenciamento ambiental, nos termos do art. 47, §2º, do Decreto 44.844/2008.

III - CONCLUSÃO

Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o deferimento parcial do Recurso, mantida a multa aplicada, porém reduzindo o seu valor de R\$ 100.000,00 para R\$ 20.001,00, nos termos do disposto nos artigos 83 e 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Quanto ao pedido de assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta, o autuado deverá apresentar, no prazo de 30 dias, a proposta de medidas específicas para reparar o dano ambiental e corrigir ou cessar a degradação ambiental, com o



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



respectivo cronograma físico-financeiro, visando à assinatura do instrumento, nos termos do art. 49, § 3º, do Decreto 44.844/2008.

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2011.

Autor: André de Albuquerque Sgarbi Consultor Jurídico OAB/MG 98.611	Assinatura:
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura: